

9º NOVENO CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA

Percepções de Democracia na América Latina: influências do uso dos Sites de Redes Sociais sobre o apoio e satisfação democrática

Camila de Vasconcelos

camilavas89@gmail.com – Instituto Federal de Goiás / UFRGS

Bolsista PIQs/IFG

Rodolfo da Silva Marques

rodolfo.smarques@gmail.com – UFRGS

Área Temática

03. Democracia, Democratización y Calidad de la Democracia

Trabajo preparado para su presentación en el 9º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).

Montevideo, 26 al 28 de julio de 2017.

Percepções de Democracia na América Latina: influências do uso dos Sites de Redes Sociais sobre o apoio e satisfação democrática

Camila de Vasconcelos¹

Rodolfo da Silva Marques²

Resumo

Pesquisas de opinião pública, nos últimos anos, já apresentavam indícios de instabilidade política nos regimes democráticos da América Latina, uma vez que os cidadãos apresentam baixa identificação com os partidos políticos, uma crescente desconfiança da população com relação as instituições políticas e um desinteresse dos mesmos com a participação política. Por outro lado, o uso da Internet, e dos Sites de Redes Sociais (SRS), tem proporcionando um espaço de interconexão de informações. Embora, esses sites sejam usados principalmente para comunicação e para entretenimento, também possuem ferramentas que permitem aos usuários acompanharem mobilizações online. Assim, esses novos meios digitais podem impactar sobre as atitudes e as predisposições dos cidadãos com relação a democracia brasileira? O uso dessas ferramentas com relação a política impacta sobre o apoio que os cidadãos dão a democracia? Busca-se analisar o uso desses SRS com relação à política, no Brasil, com as predisposições de apoio a democracia. A hipótese aqui levantada é de que quanto maior a percepção de que o uso desses SRS com relação à política, maiores serão as atitudes e as predisposições em apoiar as democracias.

Palavras-chave: Democracia, valores democráticos, Sites de Redes Sociais.

Introdução

As democracias surgidas no final do século XX passam por momentos cruciais da legitimidade de suas instituições (MORLINO; GUNTER e MONTEIRO; DENEMARK et al.). Surgidas em sua maioria em meio a regimes autoritários, estes países têm sido avaliados pela presença de instituições formais democráticas, contudo a avaliação e a formação de cultura

¹ Professora do Instituto Federal de Goiás (IFG). Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. Bolsista do programa PIQS/IFG. E-mail: camila.vasconcelos@ifg.edu.br

² Professor do

política, apresentam algumas incongruências. No Brasil, avaliações realizadas ao longo da instauração da democracia quanto a legitimidade democrática indica fracos comportamentos políticos dos cidadãos que venham a fortalecer esse regime. A legitimidade democrática considera que os apoios a democracia são fundamentais para a sobrevivência dos regimes.

Tal instabilidade tem sido apontada na medida em que se considera a presença de atitudes políticas, que possibilite o sentido de eficácia dos governos democráticos, ser fundamental para funcionamento das próprias democracias. Assim, verifica-se valores incongruentes, pois da mesma forma em que os cidadãos apoiam formalmente as democracias, também defendem valores e atitudes autoritárias ou com baixa adesão a movimentos de defesa aos valores democráticos.

Pesquisas, realizadas na Europa e nos Estados Unidos, apontam que o uso desses SRS favorecerem o debate sobre questões políticas e possivelmente influenciam na percepção que os indivíduos possuem sobre seus sistemas políticos. Em diversas partes do mundo, os recursos desses Sites possibilitaram a organização e a convocatória de grande público para participação de protestos. No Brasil, os protestos organizados pelas redes sociais começam a tomar proporções nacionais a partir de 2013, e estenderam-se até meados de 2016. Independente das motivações intrínsecas a eles, e os seus motivos políticos, a hipótese deste trabalho é de que se a capacidade de mobilização através destas ferramentas está influenciando sobre as formas de pensar a política e a democracia.

Para alcançar estes objetivos, analisa-se como variável independente: a predisposição de utilizar as redes sociais para participação política, e as variáveis dependentes as predisposições de participar em mobilizações para defender os direitos à democracia, o apoio à Democracia, satisfação com a democracia e a predisposição em participar politicamente com em protestos. Os dados utilizados são referentes a pesquisa survey desenvolvida pelo Latinobarômetro, do ano de 2015, no Brasil. Os dados analisados destacam que identificar os sites de redes sociais como forma de participar da política está relacionado a uma predisposição em apoiar as democracias, enquanto que aqueles que entendem que o uso dos sites de redes sociais cria uma ilusão de participação política apresentam valores autoritários.

Confiança e Qualidade da Democracia

Na dimensão da cultura política Almond e Verba (1965) referiram-se à importância da confiança dos cidadãos democráticos com relação aos governos, pois essa atitude contribuiria para a legitimidade e autonomia desses para governar. Portanto, um Estado que não conta com

a confiança dos cidadãos não seria legítimo e eficiente. Uma das vertentes provenientes dessa perspectiva para interpretar as atitudes de confiança é com relação aos aspectos institucionais – confiança democrática e confiança institucional (MOISÉS, 2005; NORRIS, 2002, POWER e JAMISON, 2005), um outro grupo diz respeito às relações sociais, ou seja, a confiança interpessoal (PUTNAM, 1996; COLEMAN, 1986).

A confiança dos cidadãos na democracia é entendida por Moisés (2010) como sendo fundamental para a existência da Democracia em longo prazo. Ou seja, índices de desconfiança em uma sociedade com relação ao seu sistema de governo indicam problemas que podem comprometer a capacidade do Estado em favorecer os cidadãos.

Putnam (1996) argumenta que a confiança significa uma força da relação da sociedade com as estruturas democráticas, podendo os níveis de confiança serem empiricamente verificados. Com a confiança há um capital de governança dos cidadãos com relação ao Estado, o qual facilita a aceitação das decisões das elites no poder, uma vez que o cidadão não possui incertezas quanto ao que ocorre nas decisões políticas. A confiança se reflete na expectativa do cidadão em relação a resultados do sistema político, e este apoio público é necessário para que o governo seja bem-sucedido.

A partir de pesquisas referentes à desconfiança da população sobre os partidos políticos, Merkel (2012) faz um prognóstico sombrio com relação a existência destes aparatos institucionais no futuro das democracias. Evidencia-se na Europa, segundo o autor, o declínio acentuado do apoio e confiança da população em relação aos grandes partidos políticos, em virtude da acentuada crise econômica. Isso porque a crise tem gerado a fragmentação da arena política do bloco da União Europeia, o que tem prejudicado a coesão da sociedade europeia. Segundo o autor é possível prever que este fenômeno modificará o sistema de representação política dos partidos por conta de uma participação mais direta da população.

Conforme Easton (1975, apud MOISÉS, 2010), os membros das comunidades políticas aprendem a se identificar com as instituições, na medida em que estas têm o seu significado perpassado de uma geração para outra. Dessa forma, as instituições políticas, fazendo sentido aos cidadãos, têm seu significado repassado à geração posterior, agregando sentido aos valores políticos.

Valores democráticos

Na dimensão da cultura política Almond e Verba (1965) referiram-se à importância da confiança dos cidadãos democráticos com relação aos governos, pois essa atitude contribuiria

para a legitimidade e autonomia desses para governar. Portanto, um Estado que não conta com a confiança dos cidadãos não seria legítimo e eficiente. Considera-se que os elementos fundamentais no processo de construção de uma sociedade democrática se referem a obtenção de valores e princípios, e a importância dada a estes, na formação de cidadãos (CARRERO, 2013; MARTINEZ, 2001). Os valores dos cidadãos democráticos, são formados ao longo de toda vida, entretanto a estrutura desses valores se constitui ainda na infância do indivíduo, através da autonomia dada a ele em um ambiente com princípios democráticos ou autoritários. Baquero e Baquero (2007) avaliam que o desenvolvimento de valores democráticos faz parte do desenvolvimento da cidadania e que, nesse período moderno, estes constituem as bases do contrato social com o Estado.

Nesse sentido, torna-se relevante considerar as características sociais que compõem a cultura política brasileira, patrimonialismo, coronelismo e clientelismo, presentes na cultura política dos brasileiros (MOISÉS, 2005; BAQUERO, 2007; FAORO, 1975; CARVALHO, 1997; LEAL, 1948), podem ser a causa de os valores democráticos terem pouca força para serem desenvolvidos na sociedade. Uma vez que essas práticas interferem diretamente nas ações cotidianas e reforçam o tipo de relações que os cidadãos possuem com a política, os valores autoritários enraizados na cultura política do país, combinado a uma democracia procedimental inibem a propagação de valores democráticos, como predisposições positivas com relação à política. A forma pela qual os valores políticos de uma sociedade são transmitidos de uma geração para a outra se torna relevante para aos estudos de ciência política, na medida em que possibilita verificar as bases culturais que fortalecem, ou não, os valores democráticos necessários a consolidação e estabilização do regime.

Para Easton (1968) é preciso o apoio e o reconhecimento da população para que a democracia se consolide. Assim, se torna fundamental que os cidadãos compreendam e entendam a importância de estarem em um regime democrático e apoiá-lo como sistema político para que esse se aperfeiçoe. Os valores democráticos são responsáveis por caracterizar o quanto uma sociedade apoia e se identifica com as instituições democráticas.

Moisés (2005) argumenta que os cidadãos não só podem transmitir o significado de uma instituição para diversas gerações, como também podem reiterar sua condição a partir da avaliação racional do desempenho delas ao longo de sua vida adulta. O apoio dos cidadãos, portanto, provém da experiência que esses tiveram com o funcionamento das instituições e essas, como mecanismos de mediação política, devem ser utilizadas para agrupar os interesses da sociedade perante o Estado.

Atitudes políticas

Neste contexto, a Cultura Política utiliza-se do termo atitude, originalmente criado na psicologia, para definir as “predisposições adquiridas e relativamente duradouras para responder de um modo coerente a uma categoria de objetos, conceitos ou pessoas, [...] são absorvidas daqueles que nos cercam, sem que estejamos cientes deste fato” (CABRAL e NICK, p. 34, 1996). Uma pessoa que nasce em uma determinada cultura, adquire as atitudes predominantes neste grupo. Desta forma, as predisposições com relação à política desenvolvem-se dentro de uma comunidade e podem ser retransmitidas para seus filhos por meio da Socialização Política.

As primeiras tentativas de mensurar o conceito atitude remota a 1928, quando os cientistas buscavam encontrar os fatores conscientes e inconscientes (BANAJI). Em uma segunda etapa de investigações, surgem duas vertentes que buscam entender e verificar a formação de atitudes. A teoria behaviorista determina que a aprendizagem possibilita a mudança de atitude e é capaz de captar a divulgação dos seus componentes conscientes e inconscientes através de pesquisa e mensuração. A outra perspectiva, alemã, apresenta os componentes mentais somados aos processos complexos como resultantes de um alinhamento mental, assim era possível alcançar a coerência afetiva.

A partir daí, surgem outras teorias sobre o tema que encontraram desenvolvimento aquém do campo da psicologia. A teoria da dissonância cognitiva, a teoria da ação racional, a elaboração da probabilidade modelo e por fim, um modelo que possibilitava a mudança de atitude, a teoria heurística sistemática. Aqui, cabe apenas ressaltar as teorias que podem responder a necessidade deste trabalho, que é o de possibilitar a mensuração de atitudes. Para responder essa questão, é entendido que as pessoas possuem diferentes graus de acesso as atitudes. Pelas quais possuem quatro funções, função utilitarista, de conhecimento, defensiva (ego) e expressiva (valor), cada qual relacionada com uma intenção para com o dono da atitude (KATZ, 1960).

A fim de mensurar as atitudes foram desenvolvidos alguns testes ao longo último século de pesquisas sobre esse tema. Para medir as atitudes, o ponto mais difícil é alcançar aquela atitude que é desconhecida até para o entrevistado. É possível realizar avaliações formais, nos quais são exigidas respostas espontâneas, em que se pode avaliar se “algo” é bom ou ruim, a fim de avaliar a força da atitude. Outro meio é a partir de testes de associação implícita, onde se estima a força de associação entre conceitos e atributos.

Com relação a origem das atitudes, estas podem ser adquiridas a partir da interação com outras pessoas, inclusive com base nas preferências apresentadas e criadas pela comunicação da internet. Pelo processo de condicionamento clássico, originárias por Pavlov, em que um objeto inicialmente neutro pode receber preferências, por meio da associação de atributos, como por exemplo preferências para o medo. Com relação a ciência política, alguns estudos apresentam que as atitudes políticas são melhor transmissíveis do que a identificação partidária.

Com relação à formação de atitudes políticas, os autores Jean Meynaud e Alain Lancelot (1964) ressaltam que estas são formadas com base nas experiências políticas dos indivíduos com autoridade, valores definidos e resolução de problemas políticos. Almond e Verba (1965) argumentam que as atitudes são incorporadas pelo indivíduo pelo processo de socialização política. As atitudes se constituem em orientações fundamentais para a avaliação que os indivíduos possuem sobre a política (ALMOND e VERBA, 1965). Assim, os cidadãos mais interessados por política possuem as atitudes necessárias para gerar a eficácia necessária ao funcionamento da democracia (COLOMBO et al, 2012).

Segundo alguns autores (KRAUS, 1995 apud INGLEHART, 2009), a relação atitudes-comportamentos pode ser verificada pelas primeiras predizerem as segundas, se houver uma mensuração adequada. Neste caso há um grande esforço entre os pesquisadores de Cultura Política em realizar pesquisas que mensurem as atitudes políticas, em que os surveys tem sido os mais utilizados. Esta experiência tem proporcionado avanços metodológicos e a incorporação de técnicas estatísticas avançadas. Neste caso, por ser extremamente complicado fazer medições das atitudes políticas, as pesquisas medem o comportamento político dos entrevistados, mas continuam sendo defendidas como o melhor método para a mensuração, pois proporcionam, em alguns casos, a possibilidade de generalização (NORRIS, 2007).

Nesse sentido, muitos indicadores podem ser utilizados para mensurar as atitudes políticas entre os usuários de Sites de Redes Sociais, inclusive as dimensões discriminadas neste trabalho como valores democráticos. Contudo, neste trabalho, optou-se por verificar como indicadores de atitudes políticas as variáveis que correspondem a predisposição dos brasileiros em participar e se envolver com a política. Assim, dimensiona-se que as atitudes farão referência aos seguintes indicadores: o interesse por política, a busca por informações políticas online, importância do voto em eleições, disposição para participar de protestos.

O processo de socialização política dos indivíduos adultos é entendido como um processo contínuo e permanente (SIEGEL, 1989), pelo qual ocorre a ressocialização. Este processo ocorre ao longo de toda vida, em que novas experiências podem colocar à prova valores e atitudes que foram formados na infância entre os jovens adultos. Siegel (1989)

desenvolve que experiências relacionadas a política, como participação em sindicatos, participam da formação da vida política dos indivíduos, em crenças, cognição e participação. Recentemente, pode-se considerar que o uso das mídias digitais, como a Internet, pode estar se constituindo como uma agência de socialização política, e entre estas, avalia-se aqui o próprio uso dos Sites de Redes Sociais.

As novas mídias e o uso dos Sites de Redes Sociais

O surgimento de novos meios de comunicação, as new medias ou novas mídias, tem alcançado grande interesse acadêmico, pesquisadores de diferentes áreas buscam compreender quais os possíveis efeitos e mudanças que estas novas ferramentas tecnológicas podem suscitar sobre a sociedade. No final do século XX, o debate se concentrava principalmente na distinção entre as velhas mídias (a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão aberta) e as novas mídias (mídias digitais).

Rice (1999) apresenta que as novas mídias são a combinação entre, também chamados de três “C”: 1) computação e tecnologia da informação; 2) comunicação em rede; 3) conteúdo digital. Tal combinação de elementos altera a configuração das antigas mídias nos seus dois principais atributos: a unidirecionalidade e a massificação da comunicação em massa (LIMA, 2004). Primeiro, porque as mídias antigas se baseiam em produtos unidirecionais, em uma fonte centralizada, já as mídias digitais possuem tecnologia para a distribuição de produtos, como som, imagem, impresso, em apenas um canal eletrônico comum, o que possibilita ao consumidor interagir e escolher quais, quando e de que forma obter os recursos de informação (DIZARD, 2000). Segundo, as novas mídias podem oferecer um serviço especializado a vários segmentos de públicos, o que especializa e fragmenta o acesso a informação, assim a tecnologia das novas mídias rompe com a lógica da massificação da informação (LIMA, 2004).

Ainda que não haja consenso do tamanho do impacto das novas mídias sobre a sociedade, esta levantou diferentes opiniões com relação ao seu papel na sociedade. Assim, em um primeiro momento havia uma grande expectativa a respeito de grandes mudanças sociais. Castells, no seu livro “Sociedade em Rede” (2010) afirma que estaríamos vivendo uma nova revolução tecnológica, referindo-se às tecnologias da informação, processamento e comunicação. Pois haveriam novos conhecimentos e novas informação circulando em meio a uma sociedade em rede.

Assim, segundo o autor, a Internet se transforma em um meio de fortalecimento dos laços de interação social vividos no mundo fora do virtual, proporcionando a expansão dos

mesmos dentro do mundo virtual, aos quais ele chama de comunidades virtuais. Nesse sentido, criam-se as condições para uma disseminação de “comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal” (CASTELLS, 2010, p. 446).

Entretanto, tais distinções recentemente têm se tornado fluidas, principalmente pelas modificações funcionais que as novas mídias impõem sobre as antigas mídias desenvolvendo uma sobreposição do digital sobre o analógico, como por exemplo a rádio sintonizada via web ou a televisão digital (MARQUES, 2008). Isso ocorre principalmente pela adequação das mídias antigas ao mundo digital, sendo a internet a principal plataforma dessa interconexão. Dessa forma, a definição do conceito das novas mídias está interligada ao surgimento da internet e da World Wide Web.

A Internet surgiu no princípio dos anos de 1970 nos Estados Unidos, chamada inicialmente de Arpanet (Advanced Research Projects Agency – ARPA), criada para garantir um meio seguro de comunicação no contexto de disputa tecnológica da Guerra Fria, tinha como principal objetivo integrar as pesquisas acadêmicas das universidades norte-americanas. A constante ampliação de nós proporcionou o envio de e-mail entre universidades de diferentes países, Alemanha, França, Japão, Coreia, Suécia, Finlândia e Reino Unido, bastava investir na tecnologia que permitia conexão dos computadores à rede (ABBATE, 2000). Em 1991 a Internet foi liberada do ambiente militar, para que pudesse ser usada por empresas, como ferramenta de comunicação global, desencadeando, assim, no surgimento de organizações comerciais a fim de atuarem como Servidores (de acesso à Rede), com mecanismos próprios de conexão, estas estabelecem as portas de comunicação nas conexões da Internet (CASTELLS, 1999). A privatização total da Internet se concretizou em 1995, marcando a ausência de uma autoridade clara e definitiva a respeito dos seus limites, tanto nos EUA como no resto do mundo, este momento é apontado por Castells (1999) como sinal das características anarquistas da contribuição deste novo meio de comunicação.

Dentro deste universo da Internet transitam um oceano de conteúdos e informações que se inter-relacionam com os indivíduos que ali interagem, e deste provém um novo meio de comunicação, o ciberespaço (LEVY, 1999). Entretanto as relações estabelecidas dentro deste espaço se transformaram ao longo do tempo de operações da Internet. No ano de 2001, a internet experimentava um período, uma primeira etapa, de grande expansão no número de usuários e no número desses sítios, as chamadas pontocom. Este período foi marcado pela existência de corporações na web, em que estas desenvolveram uma grande variedade de portais (sites ou sítios, em português) de acesso a conteúdo (O'REILLY, 2007).

Em 2007, contudo, ascende e legitima-se uma segunda etapa, a “Internet 2.0”, esta é caracterizada por apresentar novas possibilidades ao usuário para utilizar a Internet. A internet se torna uma plataforma digital, na qual o usuário passa a produzir e a distribuir a informação, o que possibilita que as relações estabelecidas dentro da web se tornem horizontais e proporcionem a interatividade (O'REILLY, 2007). Esta etapa caracteriza-se, inicialmente, pelo surgimento de blogs, criados pelos usuários, páginas pessoais dentro da web, na qual ele tem autonomia de fazer up-load do conteúdo que desejar.

No contexto do surgimento da Internet 2.0 são desenvolvidos os Sites de Redes Sociais (SRS, ou SNS, sigla em inglês para Social Network Sites), são sites como Facebook, Twitter, MySpace, Google+, Orkut, Instagram, entre outros. Estes sites constituem-se em plataformas de comunicação que permitem o encontro virtual de redes sociais, e permitem a comunicação online e o compartilhamento de informações dentro dessas plataformas (ELLISON e BOYD, 2013).

Nesse sentido, os Sites de Redes Sociais se caracterizam por permitir ao usuário: (1) construir um perfil público, (2) articular em uma lista de contatos algumas conexões e (3) ver e navegar nessas listas feitas por si e pelos demais usuários (BOYD e ELLISON, 2007; ELLISON e BOYD, 2013). Nestes sites é possível ter uma rede de amigos virtuais, com os quais se organizam e compartilham informações. Dessa forma é possível através dos Sites de Redes Sociais divulgar informações de forma midiática, ao mesmo tempo em que, ocorre a interação social entre os usuários (RECUERO, 2009). Swigger (2013) argumenta que esses sites têm sido a causa da construção de uma lógica de privacidade diferenciada, na qual, valoriza pouco sua privacidade.

Os usuários dos Sites de Redes Sociais são, majoritariamente, “centrados em um padrão egocentrado de relacionamentos” (AGUIAR, 2007, p. 1), ou seja, os padrões de relacionamento encontrado nessas redes diferem substancialmente dos desenvolvidos nas redes sociais fora do mundo virtual, e podem resultar em vínculos fortes, duradouros, em apenas vínculos fracos. Silva (2005) considera que “existe uma modificação nas relações sociais – inter-pessoais – entre os indivíduos, sobretudo na forma como interagem – o que dizem, como o dizem, porque o dizem, quando o dizem” (p. 27).

A utilização dos Sites de Redes Sociais ao ativarem suas próprias relações sociais permitem que sejam operacionalizadas ações coletivas de forma online (BENNETT, 2012). Segundo Bennett e Segerberg (2012), são ações que se assemelham a ação coletiva, contudo, possuem um baixo custo de operação. Existem espaços na Internet, sites e blogs, que possibilitam a existência de redes de interesse no ambiente virtual sobre assuntos diretamente

ligados à política e aos movimentos sociais, contudo, estes estão restritos à parcela da população que se interessa e acessa essas informações (MAIA, 2007).

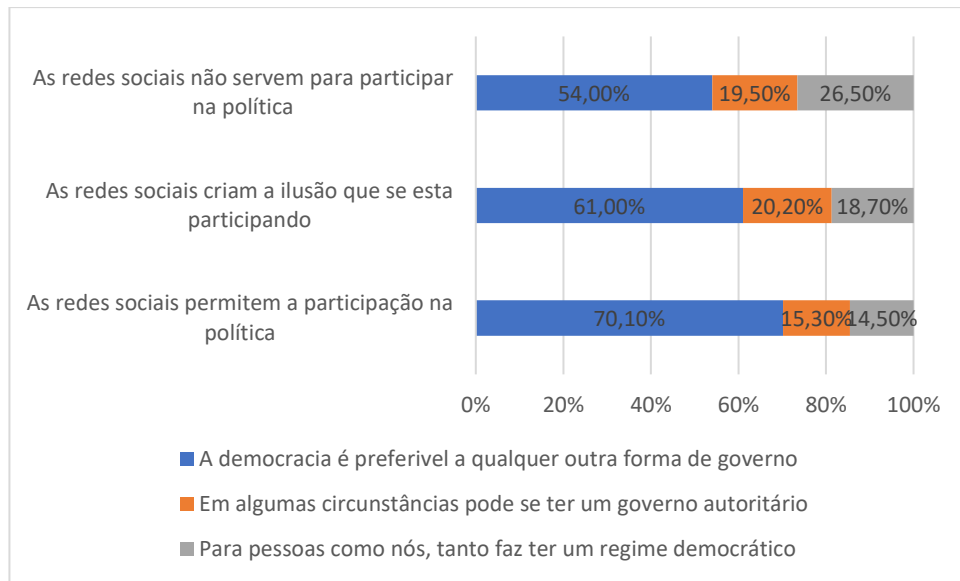
Conforme Maia (2007), existem diferentes tipos de interações via internet, como por exemplo o ativismo político pode ser retratado do ponto de vista do “Hacktivism”, elencando formas diversas de “ciber-protestos”, “listas eletrônicas de abaixo assinado”, “guerrilhas de e-mails” ou “desobediência civil eletrônica”. Neste sentido, Wray (s/ d.) caracteriza que “computerized activism exists at the intersections of politico-social movements and computer-mediated communication” (s/ d., p.2).

Os Sites de Redes Sociais se destacam por atuarem como catalisadores da ação coletiva entre os seus usuários, que, através desses sites, ativam suas próprias relações sociais (BENNETT, 2012). A ação coletiva convencional normalmente exige que as pessoas façam escolhas difíceis e adotem identidades sociais mais do que a ação coletiva organizada em torno das tecnologias sociais, contudo estas também possuem lógicas próprias de funcionamento (BENNETT e SEGERBERG, 2012). Isso significa que o uso de tais sites, segundo Bennett e Segerberg (2012), possibilita ações que se assemelham a ação coletiva, contudo, sem o papel formal desempenhado pelas organizações formais, assim as redes sociais constituídas de forma online envolvem a coprodução, distribuição e partilha de expressões, resultando em possíveis ganhos de eficiência de tais ações. Tem-se questionado a efetividade do uso de tais sites como ação coletiva capaz de gerar a transformação social.

As Democracias e o uso dos Sites de Redes Sociais: análises preliminares

Analisa-se, nesta seção, como variável independente: a predisposição de utilizar as redes sociais para participação política, e as variáveis dependentes as predisposições de participar em mobilizações para defender os direitos à democracia, o apoio à Democracia, satisfação com a democracia e a predisposição em participar politicamente com em protestos. Os dados utilizados são referentes a pesquisa survey desenvolvida pelo Latinobarômetro, do ano de 2015, no Brasil. A hipótese aqui levantada é de que quanto maior a percepção de que o uso desses SRS com relação à política, maiores serão as atitudes e as predisposições em apoiar as democracias.

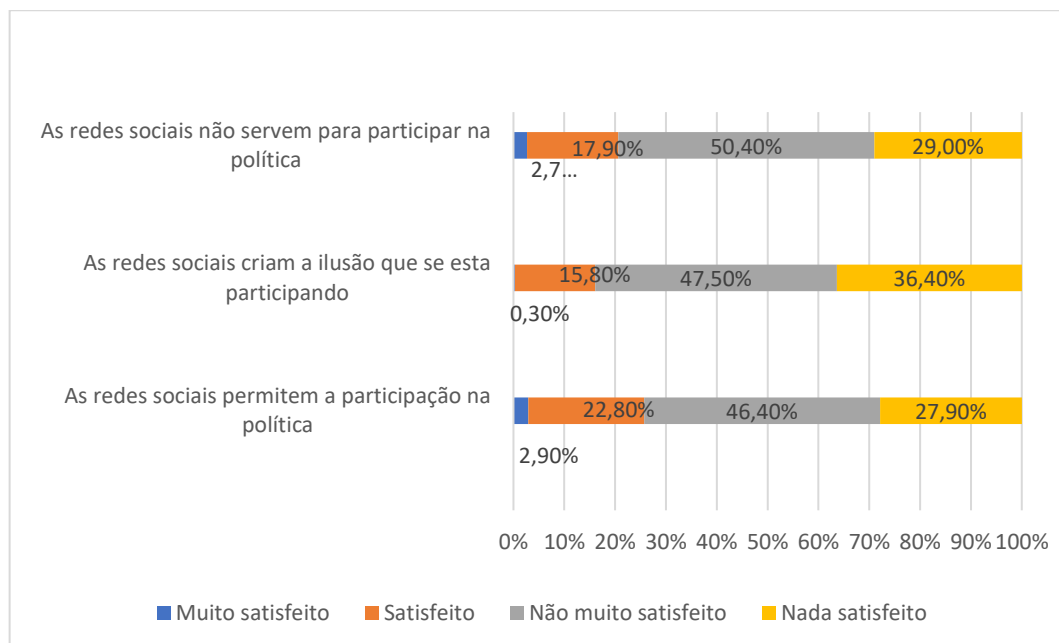
Gráfico 1 – Apoio a Democracia



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro (2015).
 $P < 0,01$ (N= 918).

Os dados indicam que entre aqueles que há uma percepção de que as redes sociais podem ser utilizadas de forma a participar da política, 70,1% possuem valores democráticos, onde consideram que a democracia é a melhor forma de governo. Com relação aqueles que não consideram as redes sociais para participar da política, são 54% os que possuem valores democráticos.

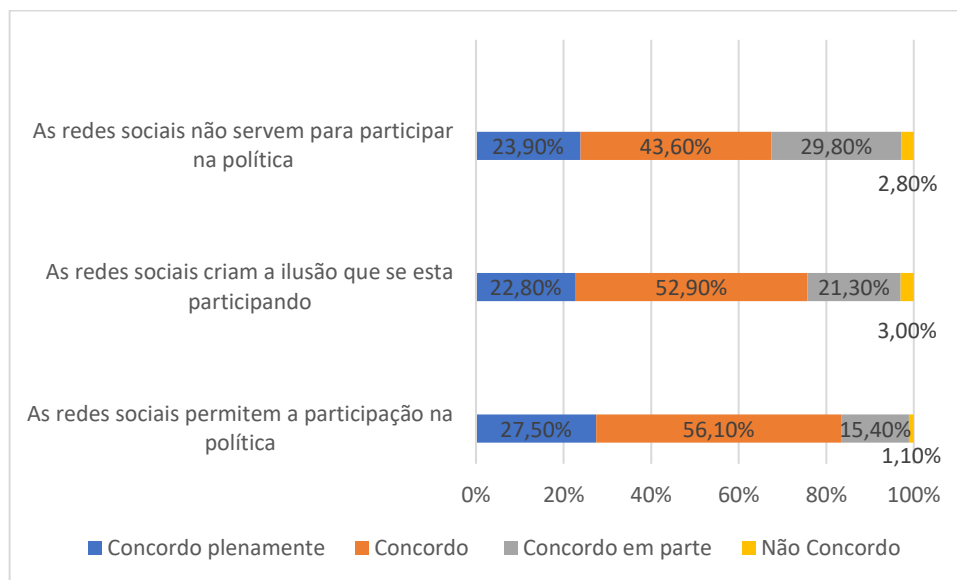
Gráfico 2 – Satisfação com a Democracia



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro (2015).
 $P < 0,10$ (N= 942).

Da mesma forma, entre aqueles que há uma percepção de que as redes sociais podem ser utilizadas de forma a participar da política, estão os com maior satisfação com a democracia, com 25,7%.

Gráfico 3 – Democracia é a melhor forma de governo

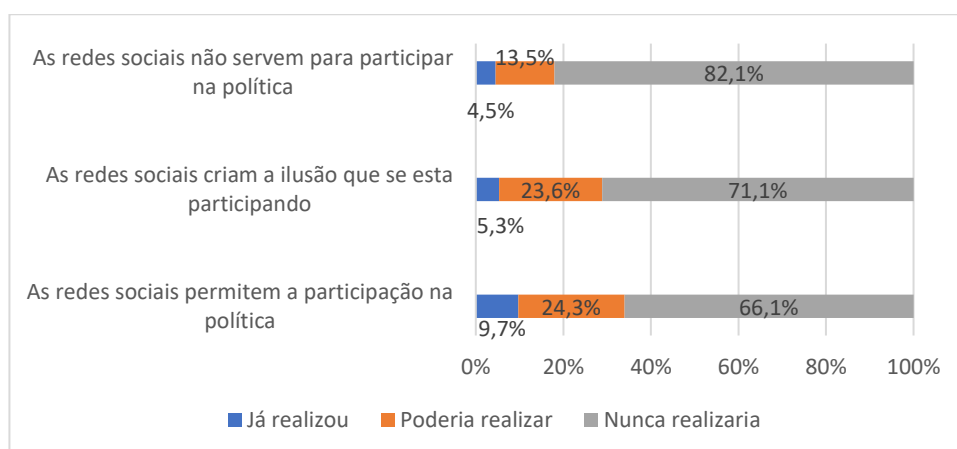


Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro (2015).

$P < 0,01$ (N= 918).

Com relação a percepção de que a democracia, mesmo podendo ter problemas, é a melhor forma de governo, aqueles que concordam que as redes sociais podem ser utilizadas de forma a participar da política, são 27,5%. Já entre os que não concordam com a democracia ser a melhor forma de governo, destaca-se 32,6% estão entre os que pensam que as redes sociais não servem para participação na política.

Gráfico 4 – Participou de Protestos não autorizados

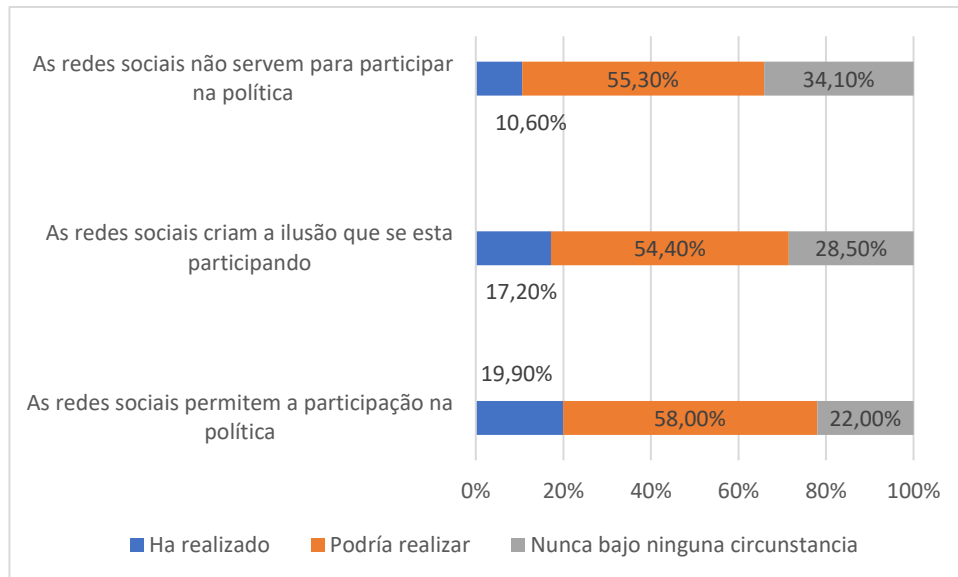


Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro (2015).

$P < 0,00$ (N= 945).

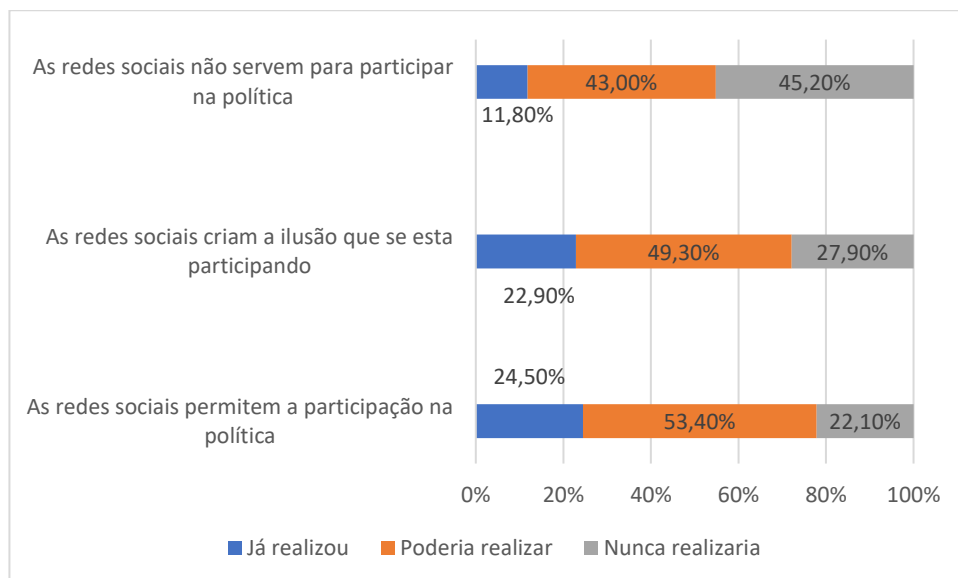
Com relação ao comportamento político, aqueles que realizaram protestos, não autorizados, tendem a concordar com o uso das redes sociais como forma de participação política, 9,7%.

Gráfico 5 – Realizou reclamações nos meios de comunicação



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro (2015).
 $P < 0,05$ (N= 951).

Gráfico 6 – Realizou reclamações via Sites de Redes Sociais



Fonte: dados disponíveis no Latinobarômetro (2015).
 $P < 0,00$ (N= 942).

Gomes (2012) avalia que a internet se constitui em uma plataforma que proporciona uma vida política online, portanto, se sustenta por questões que vão além da participação política formal. Assim, a internet pode ser incorporada como uma ferramenta dentro da política, pela qual é possível utilizá-la de forma instrumental, como buscar informações em sites de conteúdo político, trocar e-mails que incentivem o engajamento político (GOMES, 2011, KRUEGER, 2006). Por outro lado, a internet possui ferramentas que, também, permitem ao usuário, simultaneamente, se comunicar e participar da política, como em fóruns e em blogs, assim, o autor avalia que usuários engajados empregariam quaisquer ferramentas digitais para participar de iniciativas digitais com propósitos políticos (GOMES, 2011).

Conclusões preliminares

Os dados analisados destacam que identificar os sites de redes sociais como forma de participar da política está relacionado a uma predisposição em apoiar as democracias, enquanto que aqueles que entendem que o uso dos sites de redes sociais cria uma ilusão de participação política apresentam valores autoritários. Sugere-se que sejam aprofundadas as análises ao considerarem o perfil socioeconômico, a idade e a região do país, considerando áreas urbanas e rurais.

Referências

- AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.
- AIKENS, Geoffrey S. A democracia eletrônica. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 5, n. 8, p. 41-101, jul./dez. 1998., 1998.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown, 1965.
- AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira. Democracia e internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos de capitais brasileiras. 2012. Tese de Doutorado. Tese de doutorado (Universidade Federal da Bahia–UFBA/Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas), 2012, 336 f.
- ANDUIZA, Eva; CRISTANCHO, Camilo; CANTIJOCH, Marta. La exposición a información política a través de internet. *Arbor*, v. 188, n. 756, p. 673-688, 2012.
- BAEK, Young Min. Political mobilization through social network sites: The mobilizing power of political messages received from SNS friends. *Computers in Human Behavior*, v. 44, p. 12-19, 2015.
- BANAJI, Mahzarin R.; HEIPHETZ, Larisa. Attitudes. *Handbook of social psychology*, 2010.

- BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: BAQUERO, Marcello. *Cultura(s) Política(s) e Democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2011.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. UFRGS Editora, 2007.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.
- BOULIANNE, Shelley. Does Internet use affect engagement? A meta-analysis of research. *Political communication*, v. 26, n. 2, p. 193-211, 2009.
- BOYD, Danah. Can Social Network Sites Enable Political Action? In: FINE, Allison; SIFRY, Micah; RASIEJ, Andrew; LEVY, Josh (eds.). *Rebooting America*: Creative Commons. 112-116, 2008. Disponível em: <http://www.danah.org/papers/Rebooting_America.pdf> Acesso em: 16 de novembro de 2011.
- BREINDL, Yana; FRANCO, Pascal. Can Web 2.0 applications save e-democracy? A study of how new internet applications may enhance citizen participation in the political process online. *International Journal of Electronic Democracy*, v. 1, n. 1, p. 14-31, 2008.
- CABRAL, Álvaro. NICK, Eva. *Dicionário Técnico de Psicologia*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade*. Zahar, 2003.
- CLEAVER, Harry. The Zapatista Effect: The internet and the rise of an alternativa political fabric. *Ciberlegenda*, n. 03, 2000.
- COLOMBO, Clelia; GALAIS, Carol; GALLEGO, Aina. El uso de Internet y las actitudes políticas: Datos cuantitativos y cualitativos de España. *Arbor*, v. 188, n. 756, p. 751-766, 2012.
- DEIBERT, Ronald, ROHOZINSKI Rafal. *Liberation vs. Control: the future of cyberspace*. *Journal of Democracy*, v. 21, n. 4, October, 2010.
- DIZARD, Wilson. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- DREW, Dan; WEAVER, David. Voter learning in the 2004 presidential election: Did the media matter?. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 83, n. 1, p. 25-42, 2006.
- EASTON, David; DENNIS, Jack. *Children in political System: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.
- ELLISON, N. B. boyd. Sociality through Social Network Sites. In Dutton, W. H. (Ed.), *The Oxford Handbook of Internet Studies*. Oxford: Oxford University Press., 2013. p. 151-172.
- FARRELL, Henry. The consequences of the internet for politics. *Annual Review of Political Science*, v. 15, p. 35-52, 2012.
- GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 1, n. 27, 2006.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *Democracia e conselhos de controle de políticas públicas uma análise comparativa*. 2000. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.
- JENNINGS, M. Kent; ZEITNER, Vicki. Internet use and civic engagement: A longitudinal analysis. *Public Opinion Quarterly*, v. 67, n. 3, p. 311-334, 2003.

KATZ, J.E.; RICE, R.E. *Social Consequences of Internet Use, Access Involvement and Interaction*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

KIM, Sei-Hill. Testing the knowledge gap hypothesis in South Korea: Traditional news media, the Internet, and political learning. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 20, n. 2, p. 193-210, 2008.

KRUEGER, Brian S. A comparison of conventional and Internet political mobilization. *American Politics Research*, v. 34, n. 6, p. 759-776, 2006.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001

MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida (Ed.). *Internet e participação política no Brasil*. 2011.

MARGETTS, Helen. The internet and transparency. *The Political Quarterly*, v. 82, n. 4, p. 518-521, 2011.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. *Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro*. 2008.

MEYNAUD Jean; Alain LANCELOT. *Les attitudes politiques*. Paris: Presses universitaires de France, 1964.

MCCLURG, Scott D. Social networks and political participation: The role of social interaction in explaining political participation. *Political research quarterly*, v. 56, n. 4, p. 449-464, 2003.

MOISÉS, José A. *Os brasileiros e a democracia. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995

MOISÉS, J. A. *A confiança e os seus efeitos sobre as instituições democráticas. Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*, 2010.

NORRIS, Pippa. The globalization of comparative public opinion research. In: ROBINSON, Neil; LANDMAN, Todd. *Handbook of Comparative Politics*. London: Sage Publications, 2007.

NORRIS, Pippa. *New Social Movemments, Protest Politics and the Internet*. In: *Democratic Phoenix: political Activism worldwide*. (Cap 10), 2003.

NORRIS, Pippa. Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites. *Party politics*, v. 9, n. 1, p. 21-45, 2003A.

PUTNAM, R. *a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

PUTNAM, Robert D. *Democracies in flux: The evolution of social capital in contemporary society*. Oxford University Press, 2002.

RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

RECUERO, Raquel. Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. *Razón y Palabra*, v. 52, p. 1-15, 2006.

RECUERO, Raquel. *Atos de Ameaça à Face e à Conversação em Redes Sociais na Internet*. In: PRIMO, Alex. *Interações em Rede*. Porto Alegre: ed. Sulina, 2013.

ROBERTSON, Scott P.; VATRAPU, Ravi K.; MEDINA, Richard. The social life of social networks: Facebook linkage patterns in the 2008 US presidential election. In: *Proceedings of the 10th Annual International Conference on Digital Government Research: Social Networks: Making Connections between Citizens, Data and Government*. Digital Government Society of North America, 2009. p. 6-15.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SMITH, Aaron Whitman et al. The Internet and civic engagement. Washington, DC: Pew Internet & American Life Project, 2009.

TEWKSBURY, David et al. Accidentally informed: Incidental news exposure on the World Wide Web. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 78, n. 3, p. 533-554, 2001.

WELP, Yanina. Cuando todo lo sólido se desvanece en twitter: analise del movimiento social #yosoy132 (méxico 2012). ALACIP. LIMA. 2015.